



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 133

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2006

ANO XXXI

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### *Lideranças*

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Nelson Garcia  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 133**

### **110ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofícios..... 03

Telex..... 03

Telegramas ..... 03

Comunicados ..... 03

Indicações ..... 04

Requerimentos ..... 04

#### **Pequeno Expediente::**

Dep. Neivo Beraldin ..... 07

Dep. Barbosa Neto ..... 09

Dep. Tadeu Veneri..... 10

#### **Grande Expediente:**

Sra. Thirsá Tirapelle (Sind. dos  
Jornalistas)..... 10

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Dep. Jocelito Canto..... 12

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 13

#### **Discussão / Votação:**

2ª Discussão (Votação em)..... 13

Redação Final ..... 14

3ª Discussão ..... 15

2ª Discussão ..... 15

1ª Discussão ..... 16

Discussão Única (Proposições).. 19

Requerimentos ..... 23

**Encerramento da Sessão ..... 23**

### **DIÁRIO Nº 133**

### **110ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **15ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**28 DE NOVEMBRO DE 2006**

*(terça-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão,  
secretariado pelo Sr. Deputado Nelson Garcia pela Sra.  
Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (46).

Ausentes a Sra. Deputada Arlete Caramês e os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, José Domingos Scarpellini,

Luiz Nishimori e Miltinho Pupio (05).

Em licença médica o Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro (01).

Em viagem representativa os Srs. Deputados: Hermes Fonseca e Vanderlei Iensen (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Ofícios***

Sob o nº 535/06-OPG/GP, do Sr. Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, que pede esclarecimentos sobre a dispensa do uso de software livre pelo Tribunal de Contas. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/G 086/06, do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando que estará afastado do país no período de 25/11 a 08/12/06, em viagem à França e Portugal, para tratar de assuntos de cunho técnico e de interesse público. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 681/06, do Sr. Tadeu Marino Loyola Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, comunicando que em Sessão realizada na data de 27/11, por unanimidade de votos, manifestou concordância integral, com os termos da Emenda Modificativa ao Projeto de Lei 453/06, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, razão pela qual solicita que a mesma passe a integrar o referido projeto de lei, solicitando ainda que seja corrigido o parágrafo 2º do artigo 6º da proposta original. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 652/06/SPOA/MDA, do Sr. Luiz Claudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, comunicando celebração do Segundo

Termo Aditivo ao Convênio nº 050/05. **Ao conhecimento da Casa.**

#### ***Telex***

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2722 - Requerente o Governador do Estado do Paraná e Requerida a Assembléia Legislativa do Estado, onde a Sra. Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunica que julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 3º, *caput*, incisos I, II e III e parágrafos 1º; 4º, parágrafos 2º e 7º, todos da Lei nº 13.670/02, deste Estado. **Ao conhecimento da Casa.**

#### ***Telegramas***

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

\* nº 11112297/MS/SE/FNS - valor de R\$ 639.683,34 - pagamento de mutirão de cirurgias eletivas de média complexidade.

\* nº 11112298/MS/SE/FNS - valor de R\$ 36.889,14 - pagamento de ações judiciais de medicamentos.

\* nº 11112299/MS/SE/FNS - valor de R\$ 6.632,00 - pagamento de medicamentos excepcionais (judicial).

\* nº 11112300/MS/SE/FNS - valor de R\$ 39.997,60 - pagamento de programa de aquisição de medicamentos excepcionais.

\* nº 11112301/MS/SE/FNS - valor de R\$ 105.712,99 - pagamento de programa para aquisição de medicamentos para a saúde mental.

\* nº 11112302/MS/SE/FNS - valor de R\$ 338.584,00 - pagamento de programa de expansão do PSF-PROESF. **Ao conhecimento da Casa.**

#### ***Comunicados***

Sob o nº AL000969/06, do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação junto ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, através do Programa PNAC - PNAE Creche. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001028/06, do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação junto à Secretaria de Estado da Educação, através do Programa BRALF. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000968/06, do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação junto ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, através do Programa PNAE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001050/06, do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação junto à Secretaria de Estado da Educação, através do Programa PEJA. **Ao conhecimento da Casa.**

## Indicação

### INDICAÇÃO Nº 028/06

Sugere a instalação de telefonia fixa para os moradores da localidade Colônia Gamelas, Roseira de Campo Largo e Campestre, município de São José dos Pinhais.

Ilmo. Sr. Diretor da Brasil Telecom - Paraná, Amílcar Piazzetta Marques:

O Deputado Francisco Bühner se dirige a V. S. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a instalação, com a maior brevidade possível, de telefonia fixa na localidade de Colônia Gamelas, Roseira de Campo Largo e Campestre, município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) FRANCISCO BÜHRER

### JUSTIFICATIVA:

A cidade de São José dos Pinhais tem-se caracterizado como um pólo de desenvolvimento regional, tanto do ponto de vista econômico quanto social.

O desenvolvimento de São José dos Pinhais depende de recursos humanos, científicos e tecnológicos voltados para a formulação de estratégias que melhorem a qualidade e a produtividade e ampliem a diversidade da oferta de bens e serviços. Para tanto se faz necessário implementar soluções construídas a partir da realidade regional e sintonizados com as necessidades e potencialidades da região.

Assim sendo, consideramos que seja oferecido, urgentemente, a cada morador o direito a telefonia fixa, o que representará a alavancagem da economia local, por propiciar novas relações comerciais.

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 2585

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de

urgência para o Projeto de Lei nº 310/06, que autoriza o Poder Executivo Estadual a efetuar permuta de imóveis urbanos entre a Prefeitura Municipal de Cascavel e o Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) CAÍTO QUINTANA

### REQUERIMENTO Nº 2590

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 531/06, de minha autoria, que altera o artigo 4º da Lei nº 10.233, de 28.12.92.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

### REQUERIMENTO Nº 2594

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 011/06, que denomina Usina Hidrelétrica José Hosken de Novaes a Usina Hidrelétrica Apucarantina.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

### REQUERIMENTO Nº 2595

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 417/03, que institui a obrigatoriedade de Programas de Reciclagem de Lixo em todos os Municípios do Estado do Paraná e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

### REQUERIMENTO Nº 2596

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 128/03, que dispõe sobre a obrigatoriedade de aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná das operações de compra de créditos sob qualquer título e empréstimos por parte dos órgãos da administração pública estadual direta, indireta, fundacional e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

### REQUERIMENTO Nº 2597

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº

016/06, que denomina Escola Estadual Vereador João Silvério da Silva, a Escola Estadual de Pau D'Alho do Sul, município de Assaí.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2598

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 519/06, que declara de Utilidade Pública a Associação da Comunidade Vida de Guarapuava do município de Guarapuava, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2586

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### REQUERIMENTO Nº 2589

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 504/06 e 544/06, que dispõe sobre a isenção de pagamento de taxa de 2ª via de documentos roubados ou furtados.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 2600

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Juvêncio Gonçalves Batista Silva.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2601

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Fernando Cesar Molare.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2599

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa de votos de congratulações e louvor à Pado S.A. Industrial Comercial e Importadora, pelos 70 anos de fundação, bem como seja remetida cópia deste expediente ao Sr. Alfons Gardemann, Presidente do Conselho de Administração da empresa.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 2607

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Prof. Fábio Cortez.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer, ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2608

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. José de Alencar.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer, ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2609

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Wilson Sokolowski, pela vitória nas eleições para a Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção Londrina.

Requer, ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2593

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de cobertura na quadra de esportes do Colégio Estadual Marechal Arthur da Costa e Silva, localizado no município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O município de Medianeira localiza-se em uma região de muito calor, podendo chegar a mais de 40° C, e assim, os alunos do Colégio Estadual Marechal Arthur da Costa e Silva ficam expostos a várias doenças causadas pelo sol, inclusive câncer de pele, impossibilitando-os de praticar Educação Física, prejudicando assim o ensino nessa área e o desenvolvimento do desporto, cuja obra também proporcionará um local para a realização de eventos.

#### REQUERIMENTO Nº 2588

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com documento anexado, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Prefeito Municipal de Curitiba, Sr. Carlos Alberto Richa, a fim de que tome as providências necessárias para imediata instalação de equipamentos redutores de velocidade nas vias que circundam os prédios públicos municipais e estaduais componentes do Centro Cívico, em especial, na via localizada entre esta Casa de Leis e o Palácio Iguaçu, que fica à margem da Praça Nossa Senhora da Salette.

Ressalto que, atualmente, não existem as mínimas condições de segurança para os pedestres que circulam pelo Centro Cívico, tendo em vista que não há uma política de restrição da velocidade desenvolvida pelos veículos automotores nestas áreas.

Além disso, há um fluxo intenso de pessoas vinculadas aos diversos órgãos dos Três Poderes que necessitam da tutela da autoridade municipal de trânsito, a fim de que possam cumprir com suas atividades sem estarem sujeitas à riscos desnecessários.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2591

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Fundepar, solicitando providências para o início imediato das obras de reformas e ampliação do Colégio Estadual Jardim Maracanã, localizado no Bairro Jardim Maracanã em Toledo.

Trata-se da primeira escola estadual construída num bairro muito populoso da cidade de Toledo, frequentada por grande número de alunos, cujas instalações são igualmente usadas com frequência pela comunidade, cujas obras já estão autorizadas, porém é necessário serem feitas com rapidez, para não comprometer as aulas do próximo ano letivo.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) DUÍLIO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 2591

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Fundepar, solicitando providências para o início imediato das obras de reformas do prédio e instalações do Colégio Estadual Luiz Augusto Moraes Rego, da cidade de Toledo.

Trata-se de Escola Estadual construída na cidade de Toledo, frequentada por grande número de alunos, cujas instalações são igualmente usadas com frequência pela comunidade, cujas obras já estão autorizadas, porém é necessário serem feitas com rapidez, para não comprometer as aulas do próximo ano letivo.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) DUÍLIO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 2602

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Ministra do Meio Ambiente, Exma. Sra. Maria Osmarina da Silva Vaz de Lima e ao Presidente do Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Dr. Marcus Luiz Barroso Barros, encaminhando cópia da Carta Aberta, recebida por este Deputado e enviada por servidores do Ibama, reunidos em assembléia.

Vale ressaltar que reiteramos a preocupação dos servidores do Órgão Federal responsável pela execução da política ambiental brasileira. É imperioso destinar recursos do Orçamento da União para o ano de 2007 para que o Ibama possa cumprir com seu papel fundamental para a preservação no nosso ambiente.

Apoiamos os servidores do Ibama para que eles tenham condições de exercer seus deveres no que tange a fiscalização de nossos limites territoriais e na defesa de nossa flora e fauna, principalmente em áreas de preservação permanente.

Requer também a solicitação de providências das autoridades competentes no aguardo de manifestações sobre o assunto exposto.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2604

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando que as devidas providências sejam tomadas em relação às denúncias envolvendo o Presidente da Agência de Fomento do Paraná, Sr. Antonio Richeta Arten.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2603

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Procurador-Geral do Ministério Público no Estado do Paraná, Dr. Milton Riquelme de Macedo, solicitando informações e providências em relação à denúncia encaminhada a este Parlamentar por lideranças do município de Prudentópolis.

Requer também, envio de correspondência à Corregedora-Geral da Polícia Civil, Dra. Charis Negrão Tonhozi, solicitando manifestação sobre o assunto.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2605

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de pedido de informação ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, Exmo. Sr. Lindisley da Silva Rasca Rodrigues, questionando quanto às providências tomadas em relação ao exposto na matéria publicada na Folha de Londrina em 26/11/06.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2606

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de pedido de informação ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, Exmo. Sr. Lindisley da Silva Rasca Rodrigues, questionando quanto às fiscalizações realizadas e as providências tomadas em relação ao flagrante desrespeito às

Portarias e Decretos do Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, que determinam o período da piracema nos rios paranaenses.

Requer também o envio de cópia deste requerimento à Superintendente do Ibama no Paraná, Sra. Andrea Vulcanis.

Sala das Sessões, em 28.11.06.

(a) BARBOSA NETO

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Neivo Beraldin.

### ***Deputado Neivo Beraldin (PDT)***

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, juventude que visita hoje este Poder.

Como todos sabem, estou me despedindo deste Poder tendo em vista que não fui reeleito para o próximo mandato. Cumpri, na verdade, cinco mandatos consecutivos nesta Casa e mais um mandato de Vereador de Curitiba.

Eu fico, às vezes, com uma certa inquietação por alguns assuntos que levantei no curso desta trajetória, dentro deste Poder, e que ainda me trazem uma certa preocupação, exatamente pela falta até da compreensão pelo sistema constituído no nosso Estado do Paraná.

Vejam o seguinte: no passado recente denunciei algumas ONGs que se tornaram uma verdadeira lavanderia de ONGs americanas, comprando as terras do litoral do Paraná, sendo uma espécie de imobiliária dos americanos. Denunciei, aqui, que a SPVS conseguiu altas somas de recursos financeiros do Governo do Estado e do Governo da União, para realizar obras que não existem. Os convênios foram relatados por mim numa audiência pública da CPI das ONGs no Senado. Pessoalmente fui investigar o cumprimento dos convênios. Nenhum teria sido, exatamente, cumprido, como por exemplo a cozinha comunitária para o litoral do Paraná, o plantio de mata ciliar, o plantio de ervas medicinais. Me fiz acompanhar de uma equipe de televisão, fotografias. Tudo aquilo passou.

Aí fui autor da Lei do ICMS Ecológico, lei que já investiu mais de um bilhão de reais aos municípios do Paraná, aonde doze Estados do Brasil copiaram a lei do Paraná, aonde o IBGE, em pesquisa recente, no ano que passou, testou ser a lei que mais investe em meio ambiente do país. E aí não vejo ganhar destaque na imprensa, no noticiário, na tribuna, para que as pessoas efetivamente valorizem as coisas honestas, as coisas boas. E aí, assim caminha a humanidade.

Ontem eu subi à tribuna para encaminhar um processo de votação, eu vou até falar mais pausadamente para que aqueles que ainda se encontram nos gabinetes,

até mesmo a imprensa que está presente, prestando muita atenção, eu dizia então que ontem ocupei a tribuna para encaminhar, sabe o quê Deputado Tadeu Veneri? Uma prestação de contas de um período do Poder Executivo de 2002. Olha eu não estou falando de pouca coisa, um orçamento do Estado, na época era em torno de quinze a dezessete bilhões, não são milhões, são bilhões, não é dinheirinho, não são tostões não, são bilhões.

Então eu dizia o seguinte, o Governo do Estado na época pagou precatórios e não disse quais eram os precatórios que foram pagos. Como é que nós poderíamos aprovar as contas de um Governo que não diz exatamente o que é que pagou? Como nós poderíamos aplicar as contas de um Governo se não aplicou aquilo que é da Constituição, em saúde, em educação, em segurança pública, em ciência e tecnologia?

Então, nesses dias que me restam, nesta tribuna, eu devo fazer alguns pronunciamentos exatamente para constatar aquilo que nós não estamos fazendo, que é exercer na plenitude o mandato popular. Como que é a Comissão de Tomada de Contas que a Casa recebe as contas do Detran, da Sanepar, da Copel? Tem que começar a pensar melhor, tem que dar um parecer baseado em documentos. E aí vou fazer mais uma observação: notem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou ainda voltar a 2002, sem falar 2003, 2004, 2005, que eu já tenho completamente o diagnóstico do comportamento governamental, e que aliás está a minha disposição do meu site, é [www.neivoberaldin.com.br](http://www.neivoberaldin.com.br). Não terei nenhuma dificuldade de fazer o diagnóstico quadrimestre a quadrimestre porque tenho um banco de dados que me levam e que me dão a garantia de expor aqui a análise com profundidade.

Então, vamos a 2002, o que aconteceu em 2002, do exercício financeiro da época? O governo existiu, o governo administrou o Estado com o orçamento aprovado em 2001 por esse Poder, em 2003, no curso ainda de 2002 os técnicos do Tribunal de Contas, exigindo as informações contábeis da administração da máquina pública, eles chegaram à conclusão que houve menos zelo nesse ponto, houve exagero de gasto no outro, enfim, tudo o que os técnicos encontraram da malversação do dinheiro público da época está ali para que nós, Deputados, em última análise, possamos então diagnosticar, rejeitar, ou aprovar as contas administrativas. Mas ontem o que aconteceu, os técnicos então do Tribunal de Contas, cumprindo a sua função, colocaram lá tudo aquilo que estava errado, exatamente tudo aquilo que era péssimo para o povo, para os estudantes, para o povo trabalhador, para o povo mais humilde: o desvio do dinheiro da educação e da saúde; exagero em gasto de publicidade e propaganda.

Aí vão os Conselheiros, a corte superior, a corte política do Tribunal de Contas, e diz o seguinte: “vamos esquecer o que os técnicos escreveram, ao longo do período, e vamos dar um parecer prévio que - é o que lhe compete -, com recomendação para que essas contas sejam aprovadas”. Então, o Tribunal de Contas cumpre a

sua função, encaminha para o Poder Legislativo para que este faça a análise e se manifeste, com poder definitivo, pela aprovação ou pela rejeição da aplicação do dinheiro público do Estado do Paraná oriundo dos impostos.

O tempo passa, o tempo voa, o tempo se vai, e aí que fica a minha grande indagação para o conjunto da Casa, para os Srs. Deputados eleitos e reeleitos: será que todos têm noção, exatamente, daquilo que é a função parlamentar.

Além de fazer as leis, além de fiscalizar o Poder Executivo, o Parlamentar tem que ser independente. Se ele fizer parte de uma Bancada Governista fechada não será um bom Deputado, porque será um grande despachante de luxo. Talvez, possa levar para suas comunidades uma quadra coberta, uma viatura.

O grande momento do Parlamentar é na elaboração do orçamento, quando ele pode privilegiar as vocações regionais. O bom Deputado é aquele que conhece o Estado como a palma da sua mão. Eu sinto-me muito mal quando alguém diz: “eu sou Deputado deste município, daquela região.” Vejo aí uma pequenez. Não enxerga como um Deputado de visão macro da economia do Estado e nem no comportamento que deve ter.

Sras. e Srs. Deputados:

Ontem, nós colocamos três grandes contradições: a primeira que os técnicos do Tribunal de Contas anotaram, sim, as irregularidades do exercício financeiro de 2002; a segunda que os Conselheiros deram parecer prévio favorável encaminhando a esta Casa pela sua aprovação; a terceira que o Ministério Público, presente no Tribunal de Contas, rejeitou as contas de 2002 por unanimidade; a quarta que a Comissão de Tomada de Contas seguiu, simplesmente, o relator do Tribunal de Contas; a quinta que nós estamos para votar, nós estamos aqui para julgar, estamos aqui para dizer aos administradores públicos, que assumem suas funções, que aqui tem um Parlamento forte, que aqui tem um Parlamento que pode corrigir os eventuais desvios de conduta do administrador público.

Talvez, seja um momento para reflexão de todos nós paranaenses. Certamente, há de ser um momento de reflexão, porque não podemos mais continuar com o sistema do jeito que está. O sistema do jeito que está, é fazer de conta que tudo está bacana quando não está. O sistema do jeito que está não pode continuar, porque o eleitor não vai saber a verdade. Vamos dizer a verdade. A imprensa tem que exercer o seu papel informativo.

O tema que se levantou, ontem, sem querer pautar imprensa alguma, mas, sinceramente, era para ser colocado para consumo sobretudo da sociedade eleitora dos seus jornais. Não podemos esperar que apenas manchetes negativas, que assuntos negativos tomem conta do Diário deste Estado. Será que não há positivismo? Será que esta Mesa Diretora, esta Casa não fez absolutamente nada de bom? E só é manchete como temos muitos erros - eu próprio sou crítico - mas, será que a Casa não merece, a democracia não merece a devida atenção para os feitos maravilhosos que são também executados aqui nesta



Casa? Será que merecemos todas as manchetes negativas? O eleitor, a grande maioria não conhece com profundidade os nossos deveres e as nossas funções.

Conclamo também a imprensa para que ajude esta sociedade para ter mais informações dos fatos, não dos boatos.

Vi hoje uma manchete de jornal que o Deputado Estadual poderá vir a receber até dezoito mil e tantos reais. Poderá vir a receber! Então, o eleitor que já está com todo esse nível de informação negativa em cima do Legislativo, por que não mexem no Judiciário? Por que não mexem nas questões cruciais? É preciso mexer no Legislativo porque aqui está o espelho da sociedade. Concorro, mas temos que ir mais a fundo, questionar o Tribunal de Contas. Quando o Tribunal de Contas manda parecer prévio, favorável pelas contas de 2002, a imprensa traz na primeira página: "*O Tribunal de Contas aprova as contas do Governo do Estado de 2002*". Mas, não vai investigar que as contas de Londrina desde 93 até há pouco tempo não foram remetidas para o município de Londrina para que os seus Vereadores analisassem. Quanto municípios estão sendo questionados!

Vou concluir elogiando V. Exa., porque evidentemente se há um democrata nesta Casa, Sr. Presidente Hermas Brandão, é V. Exa.

Um forte abraço, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Barbosa Neto.

Antes do pronunciamento do Deputado Barbosa Neto, quero cumprimentar os alunos do Colégio Estadual Zulmira Marchesi da Silva de Cornélio Procópio, a professora Eliane Maria Ferreira que nos honram com suas presenças hoje nesta tarde, neste Poder Legislativo. Nossas boas-vindas à professora e aos alunos.

## ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustres visitantes, sejam bem-vindos.

Sinto-me na obrigação de mais uma vez voltar a falar desta determinação que a Secretaria de Estado de Educação colocou de forma intempestiva na nossa modesta maneira de entender. Falo sobre a questão do georeferenciamento que vai impedir os alunos de matricularem-se nas escolas que não estejam na área de abrangência do local que residem.

E, recebo aqui, além dos pronunciamentos que já fiz, além do requerimento que conseguimos aprovar nesta Casa, tentando demover o Governo do Estado desta determinação, que tenho certeza, vai prejudicar muito os alunos a partir do ano que vem. Um estudo que recebo de pais de um colégio de Londrina, um dos mais tradicionais da cidade que é a Escola Estadual Newton Guimarães.

O que realmente nos deixa perplexos é a insistência do governo em manter esta determinação que vai sig-

nificar uma discriminação para com aqueles alunos que queiram continuar estudando no colégio que eles começaram, ou que estão com vínculos afetivos, de amizade, e que têm um conforto de permanecer nesses determinados colégios. E o único balizador das matrículas. A partir do ano que vem será o tal do geo-referenciamento. Nós questionamos até mesmo evocando a Lei 4.978, no seu artigo 1º, que a educação no Estado do Paraná será embasada dentro do princípio da liberdade pessoal. Porque essa determinação do Governo vai prejudicar a participação da vida social e política desses alunos, estudantes.

Se essa lei não bastasse, vamos falar da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, que teve o nosso grande Darci Ribeiro como um dos seus idealizadores. Esta mesma lei se inspira nos princípios da liberdade, que estão sendo desrespeitados nessa determinação do Governo do Estado.

A democratização do debate envolvendo todos os segmentos interessados não está sendo respeitada por essa determinação. Aliás a LDB garante autonomia didática e administrativa, que também não vem sendo respeitada pela questão do geo-referenciamento. Se por um lado a educação visa a inserção social, lamentavelmente, o que estamos vendo é que haverá uma diáspora, uma total falta de integração dentro dos colégios estaduais no Paraná, a partir do ano que vem.

Sabemos que as pessoas têm formação complexa, com suas características especiais, mas não podemos separar, por exemplo, jovens que conviveram durante oito anos e que, agora, não vão mais poder estar juntos a partir do ano que vem. Vejo os estudantes procopenses, que hoje visitam esta Casa - estão nas galerias da Assembléia Legislativa - será que os laços geográficos que os unem não poderiam ser respeitados? Será que não haveria um processo, um projeto para adaptar, de três, quatro anos, para garantir que os alunos que começaram juntos, não possam terminar juntos também o seu cumprimento de seus deveres escolares no Estado do Paraná.

É uma distorção muito grande, que o geo-referenciamento não vem solucionar. Novos problemas sociais serão causados: o sentimento de desprezo e preconceito nessas crianças, dentro da sua formação. Estamos vendo pelas opiniões que estão sendo manifestadas nas cartas aos jornais, por vários pais de alunos que estão nos procurando.

Causa-me estranheza a insistência do Governo em continuar com o geo-referenciamento. As pessoas mais simples têm a compreensão desse problema e nos procuram colocando a culpa nos Deputados Estaduais, Deputado José Maria Ferreira, por essa determinação. Não cabe a nós tentar mudar essa lei. Estamos tentando essa determinação. Mas o que me causa perplexidade é que o Governo do Estado não tem humildade para voltar atrás e conseguir compreender que essa determinação vai prejudicar o Estado do Paraná, a nossa educação e, principalmente, os nossos jovens.

É mais um apelo que fazemos, aqui, atendendo a solicitação de pais e alunos, de jovens, que querem apenas o direito de concluir os seus estudos, dentro dos colégios pelos quais eles optaram. Depois de concluído, aí sim, que se implante o geo-referenciamento. Mas não dessa maneira anti-democrática, que não auscultou o que a sociedade sente nesse momento, agora que estamos no período de matrícula e de re-matrícula, para o ano letivo de 2007. Mais uma vez é o nosso apelo, Sr. Presidente Elio Lino Rusch.

Muito obrigado, pela aquiescência do tempo.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas:

Venho a esta tribuna hoje, porque no dia de anteontem, dia 26/11, saiu uma matéria no jornal O Estado do Paraná, falando que o Secretário Geral do PMDB - e que temos aqui o Líder do PMDB, Deputado Dobrandino, Líder do Governo - Deputado Estadual eleito Luiz Cláudio Romanelli requereu junto ao Presidente da Copel, Rubens Ghilardi, a nulidade de todos os pré-contratos assinados entre a estatal de energia do Paraná, no caso a Copel-Eletrosul, para a construção da usina hidrelétrica de Mauá. Essa usina já vem há algum tempo sendo contestada a sua construção, não pelo consórcio, mas principalmente pela situação que geraria e no caso pelas dúvidas que isso levanta quanto ao EIA-Rima que foi autorizado e inclusive questiona-se se de fato foi autorizado o EIA-Rima e como foi, tanto que fizemos aqui o convite, a convocação para que viesse o Sr. Rasca Rodrigues e soubemos ontem que ele não se encontra no país, então vamos aguardar quando do seu retorno para que marquemos um dia para ele poder vir aqui esclarecer como o IAP concedeu a licença ambiental para que fosse feita essa usina.

Mas, o que me chama atenção é que da mesma forma que estamos contestando aqui essa usina por essas razões, o Deputado Luiz Cláudio Romanelli contesta por dizer que a J. Malucelli e a VLB, que são as duas empreiteiras que ganharam a concorrência para fazer essa usina, não poderiam assinar os pré-contratos, porque esses pré-contratos foram dispensados na licitação e nesse caso elas não atenderiam aos requisitos da dispensa de licitação.

Ora, essa é uma situação que talvez seja uma das únicas que estamos vendo nesses últimos anos. Uma usina que desde o seu início tem uma série de contestações, uma usina que no nosso entendimento - e aqui compactuo com todos as exposições feitas pelo Deputado Barbosa Neto - trará inúmeros prejuízos ambientais para a região de Tibagi, não só especificamente de Tibagi, mas

para toda a região do Rio Tibagi. Uma usina que já tinha há algum tempo sido contestada também pela CPT, tinha sido contestada aqui pelo MAB, o Movimento dos Atíngidos de Barragem, tínhamos feito uma audiência pública para debater esse tema, que foi junto com a usina de Mato Grosso, as duas únicas usinas que receberam condições de serem licitadas pela Aneel para entrega de energia em 2010. Ora, temos que saber exatamente o que acontece com essa usina, que agora aparece com mais um problema e desta vez de construtoras.

Então, estou usando este horário, porque ainda antes de encerrarmos o período legislativo, que será antes do dia 15 de dezembro, assim que tenhamos a volta do Secretário Rasca Rodrigues, acho que esta Casa deveria e gostaria de contar com o apoio do Presidente do PMDB e com o Líder do Governo nesta Casa, Deputado Dobrandino, para que pudéssemos fazer a convocação do Sr. Rasca Rodrigues com hora e dia especificados para o ouvirmos. Nós não podemos ter duas versões. Acho que isso é muito ruim para a Assembléia, até porque a Assembléia Legislativa autorizou a construção ou pelo menos autorizou para que a Copel e também a Eletrosul participassem daquele leilão. Agora, nós não podemos ficar com duas versões: uma versão que é essa com relação aos contratos das empreiteiras, que veio a público através do Deputado Cláudio Romanelli; e a outra que é uma contestação, veemente, feita pela Comissão Pastoral da Terra.

Então, acho, que são duas situações que fazem com que nós, Deputado Dobrandino, assim que tenhamos a data do retorno do Secretário e Presidente - Secretário porque está também como Secretário - Presidente Rasca Rodrigues, que nós possamos trazê-lo para cá. E aí poderemos inquiri-lo e ouvir: por que agora, só agora estão sendo pedidas as suspensões desses contratos?

Muito obrigado. Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Próximo orador inscrito é o Deputado Ratinho.

(**Declina**)

### ***Grande Expediente:***

Temos a inscrição, conforme requerimento aprovado pelos Srs. Deputados, de autoria dos Deputados Barbosa Neto; Natálio Stica; e outros Deputados, a presença do Sindicato dos Jornalistas do Paraná.

Passando a palavra à Sra. Thirsá Tirapelle, damos o prazo de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, quinze minutos.

### ***Sra. Thirsá Tirapelle - Representante do Sindicato dos Jornalistas***

A SRA. THIRSÁ TIRAPELLE

Boa-tarde a todos os Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos Deputados que assinaram o nosso requerimento para que, enquanto o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, estive aqui manifestando o seu posicionamento com relação à última liminar do STF - Supremo Tribunal Federal, que novamente retirou a obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício da profissão de jornalista.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós estamos aqui porque, realmente, os jornalistas profissionais do Paraná e do Brasil inteiro passam um momento de extrema aflição. Aflição porque desde 2001, após o entendimento de uma Juíza Substituta, em São Paulo, a sua sentença passou a ter vigor em todo o Brasil. Essa sentença diz que não é preciso ter um diploma de jornalista, que não precisa quatro anos de estudos para ser jornalista e defender a liberdade de expressão em nosso País.

Passo agora a ler o manifesto em defesa da formação específica para jornalista do Sindijor/PR.

(Lê):

#### MANIFESTO EM DEFESA DA FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA JORNALISTA

*Após sessenta anos de regulamentação profissional e oitenta anos de lutas pela formação superior em Jornalismo, os jornalistas brasileiros, há cinco anos vêm se debatendo, com a clara ameaça do fim de qualquer exigência legal para o exercício regular da profissão.*

*Os jornais em 2001 estamparam a notícia da decisão tomada pela meritíssima Juíza substituta Carla Rister, da 16ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo, contrária a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo profissional. A Juíza alega que a exigência do diploma fere o princípio constitucional do direito de livre expressão.*

*O entendimento defendido pela Juíza é de que o Decreto-Lei 972/69 “poderia causar dano irreparável àqueles que exercem a profissão de jornalista sem o registro no Ministério do Trabalho”. Ou seja, os clandestinos, os que trabalhavam fora da lei! A ilustre Juíza parece ter esquecido o que determina o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, no inciso XIII, que versa sobre o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.*

*Ora, o Decreto-Lei 972/69 é a lei que regulamenta o exercício da profissão de jornalista e o seu texto não viola, não colide e nem contraria qualquer texto da nossa Constituição. Logo, qualquer pessoa talentosa que queira ingressar no jornalismo profissional, pela lei deveria fazer o curso de jornalismo.*

*É realmente preocupante que existam condições para que uma sentença judicial - eivada de insensatez e de inconstitucionalidade - emitida por uma Corte de São Paulo, passe a vigorar em todo o País, como ocorreu em 2001. Temos certeza que, por insensata e inconstitucional,*

*a sentença que suspendeu a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para obtenção do registro profissional já deveria ter caído em definitivo, não persistindo essa incoerência jurídica que permite - por incrível que pareça - que uma sentença de 1ª instância ter aplicação em todo o Brasil. E pior do que isso, que já, em sua instância, as decisões judiciais atendam a interesses que vão contra ao interesse público.*

*Há duas semanas o Ministro Gilmar Mendes, do STF, deferiu medida cautelar que mantém a validade dos registros precários conseguidos enquanto a decisão da juíza Carla Rister vigorava. Uma vez mais, a categoria acabou vilipendiada.*

*São mais de cem mil jornalistas profissionais trabalhando no país, regulamentados e tendo cursado os quatro anos de Comunicação Social - habilitação em Jornalismo! A responsabilidade do jornalista como autor e a subordinação do profissional a um código deontológico, constituem as únicas garantias da sociedade de receber informação eticamente correta e de poder também se expressar.*

*O que os grandes e poderosos veículos da mídia nacional não contam, e o que está em total sigilo, é que existe um projeto tramitando no Congresso Nacional Brasileiro, que tem por objetivo permitir ao capital estrangeiro assumir juridicamente a propriedade dos meios de comunicação, hoje restrito ao capital nacional. São esses - os poderosos e grandes veículos - especificamente, os reais interessados na desregulamentação da profissão dos jornalistas.*

*Em verdade, não se trata meramente de um diploma! Estamos diante de uma questão de soberania nacional e outra, aí sim, de sobrevivência profissional e que, não podem ser encaradas isoladamente.*

*Jornalistas do mundo inteiro, de países ricos ou pobres, de países mais ou menos democráticos, trabalham para levar à sociedade um bem precioso: a informação. Nesta tarefa - que a cada dia ganha mais importância e cria mais influência no metabolismo social - a atividade profissional do jornalista produz interpretação da realidade, indução de intenções, vontades, comportamentos e valores. Em cada sociedade, os jornalistas ajudam a produzir cultura, a constituir ou desconstituir movimentos coletivos, a legitimar ou questionar as relações de poder estabelecidas, são, portanto, profissionais que cumprem uma relevante função social.*

*Não podemos permitir que no Brasil ou em qualquer outro país do mundo um movimento dos grandes conglomerados de mídia desregulem a atividade profissional nos países onde ela é regulamentada ou tentem impedir sua regulamentação onde ainda é inexistente.*

*Meios de comunicação precisam ser entendidos como prestação de serviço público. Não podem estar a mercê unicamente do lucro e subordinados a interesses contrários à soberania nacional.*

*Assim, consciente da necessidade da formação específica para o exercício da profissão e entendendo que a defesa da obrigatoriedade do diploma está longe de ser uma questão meramente corporativa, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná convoca a sociedade para aderir à nova fase da campanha nacional em defesa do diploma.*

*A orientação é que os profissionais, professores, estudantes de Jornalismo e cidadãos brasileiros enviem mensagens aos ministros do STF protestando contra a decisão do Ministro Gilmar Mendes e já reivindicando a revogação da ação cautelar. Se não for revogada, a decisão tem validade até o julgamento final do mérito da questão no STF e a Sessão Plenária ainda não tem data definida para acontecer.*

*Os endereços dos ministros que integram a Segunda Turma do STF - para o envio das mensagens - e a sugestão de texto podem ser encontrados na página do Sindijor-PR ([www.sindijorpr.org.br](http://www.sindijorpr.org.br)) ou no site da Fenaj ([www.fenaj.org.br](http://www.fenaj.org.br)).*

*Esta é uma nova etapa da luta dos jornalistas brasileiros pela valorização da profissão e do Jornalismo, mas depende do empenho de todo cidadão comprometido com uma imprensa ética. A intenção é assegurar a vitória final no julgamento do mérito da ação principal e vencer esta última batalha, é garantir que toda a sociedade também saia vitoriosa desta guerra.*

Agradeço imensamente o deferimento deste momento e deste espaço a todos os Parlamentares que tão atentamente escutaram o pronunciamento e agradeço em particular aos jornalistas por também fazerem repercutir esta nossa posição.

Muito obrigado.

## ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Bloco PTB/PL/PRB.

Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

## ***Liderança do Bloco PTB/PL/PRB: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O nosso pronunciamento hoje vai exatamente em direção ao Ministério Público. No dia 23 passado, o Dr. Luiz Henrique Miranda, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Ponta Grossa, nos deu uma sentença favorável àquele caso tão famoso, divulgado pelo Ministério Público. Aqui, outro dia eu cobrei nesta Casa, a devida responsabilidade por se atacar pessoas injustamente, sem ter a devida prova. Tenho dito aqui que até por ser membro da imprensa, acho que a imprensa deve ser livre e não deve, em momento nenhum, ter vetado o direito do radialista, do jornalista ou de alguém que faz comunicação, de proibir

qualquer tipo de pronunciamento ou qualquer tipo de censura. Tenho dito aqui também, que a imprensa tem que ser responsável. Ela tem que ter responsabilidade naquilo que escreve, mas esse caso, é o caso que envolve o Ministério Público do Paraná.

Na semana passada eu falei aqui sobre o Porto de Paranaguá, que muitas pessoas, aqui, fizera pesados comentários durante a campanha, eram comentários que não eram verdadeiros, tanto é que a Rede Globo de televisão, em rede nacional pediu desculpas ao Paraná e ao Brasil, pelas calúnias que havia proferido contra o porto de Paranaguá.

Há questão de quase, um ano atrás, do dia 29 de dezembro de 2005, o Ministério Público fez uma ação contra a minha pessoa, como ex-Prefeito de Ponta Grossa e, colocou em seu site para todo o Brasil, para o mundo. Os jornais copiaram, colocaram na primeira página, uma manchete, que diz o Ministério: “De acordo com o Ministério Público, com o aval do então Prefeito, o grupo teria aprovado um esquema de licitação irregular para beneficiar uma empresa, lá em Ponta Grossa.” Isso disse o Ministério Público, as rádios divulgaram, os jornais publicaram.

No dia 23, agora, o Juiz da 1ª Vara Cível de Ponta Grossa, Dr. Luiz Henrique Miranda diz exatamente o contrário: “Na realidade o que se percebe, é que o Ministério Público foi induzido ao erro, ao propor a ação baseando-se numa Certidão.” “Tentou insistir em manter a acusação contra o réu - contra a minha pessoa - e outras pessoas, mesmo confrontando com os documentos que se tivessem olhos e lido, com a mínima atenção, certamente não levariam a propor a ação.” “Postura, inclusive, para não expor o Estado ao risco de responder pela ação prevista no artigo 19, parágrafo único da Lei de Improbidade. Por isso, com fundamento no artigo 17, rejeito a Ação de Improbidade.” Diz o juiz.

Então, Srs. Deputados, membros da imprensa, aqui uma clara intenção, que eu venho falando há horas do Ministério Público, que propõe ações inconseqüentes. Quem paga o prejuízo que a gente teve? Prejuízo moral, psicológico e financeiro. Quem vai pagar isso? Quem vai pagar é o povo do Paraná, porque eu estou guardando todas as ações. Eu tenho muitas ações. Deputado Dobrandino, V. Exa. que também é vítima de muitos processos. Aliás, só são vítimas os Prefeitos do interior do Paraná, os Prefeitos mais simples, os prefeitos que não têm tubarão, que não têm defensores, que irão defendê-los. É assim com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público que propõem a ação. Muitas vezes, tabuladas por outras pessoas. Agora, quem paga o prejuízo? Ninguém. Fica o dito pelo não dito. A imprensa amanhã vai dar uma notinha, dizendo que o Deputado Jocelito ganhou a ação. A Rede Globo, não vai nem falar, mas quando houve a ação, a Rede Globo fez manchete, no jornal do meio-dia e no jornal da noite. Mas agora não há interesse de divulgar que eu ganhei a ação.

Queria trazer para essa Casa, mais uma vez, esse desabafo, porque são ações improcedentes colocadas de forma irregular que atrapalha a vida, que se julga as pessoas e que o Ministério Público coloca a “release” no seu site a nível nacional, a nível mundial, julgando alguém antes da hora, sendo que agora o juiz dá o parecer, faz um julgamento e este julgamento o juiz diz que o Ministério Público, se tivesse lido corretamente, não teria feito a ação. E que esta ação pode propiciar um pedido de indenização contra o próprio Estado do Paraná.

Então, é triste ver o Ministério Público, que é o guardião das coisas públicas, fazendo ações sem procedência. Parece que mandado por alguém. Parece que induzido por alguém. Quem sabe esta CPI dos Grampos possa, de repente, pensando lá na frente, ela possa nos mostrar algumas coisas neste sentido, de que algumas pessoas induziam a pegar outras. Será que no transcorrer desta CPI a gente não verá isso, de repente alguém pedindo por alguém ou induzindo alguém ou alguém pedindo favor a alguém para ferrar alguém?

Quem sabe a CPI esteja pronta, neste momento, para nos dar oportunidade de vermos isto? Que certamente seria o fim de tudo o que estamos vivendo neste momento, no Paraná.

Eu termino perguntando: quem paga a conta? Quem paga o sofrimento? Quem para a questão que viveram os filhos da gente, que estudam em escolas e que também sofrem junto? Quem paga esta conta, agora? Quem são os responsáveis? É esta a conta que eu queria cobrar, hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não há quem mais queria fazer uso da palavra.

### **Ordem do Dia:**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, Indicação nº 028/06, de autoria do Sr. Deputado Francisco Bühner, constante do expediente, sugerindo a instalação de telefonia fixa para os moradores da localidade Colônia Gamelas, Roseira de Campo Largo e Campestre, município de São José dos Pinhais. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

### **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## **2ª Discussão (Votação em)**

### **ITEM 01**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto e Lei nº 142/05, de autoria do Deputado Jocelito Canto, dispõe sobre a proibição, em todo o território do Estado do Paraná, da capina química nas áreas que relaciona. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CCDHCD E CSP. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA DE PLENÁRIO AO  
PROJETO DE LEI Nº 142/05

P A R E C E R :

#### **Relatório**

Trata-se o projeto de lei em epígrafe de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a proibição em todo território do Estado do Paraná, da capina química nas áreas que relaciona.

Aprovado o parecer desta relatoria na Comissão de Constituição e Justiça, em 10 de maio de 2005, o projeto de lei em apreço foi enviado a Comissão de Saúde Pública e Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e da Defesa do Consumidor desta Casa de Leis, onde recebeu parecer favorável.

Indo a Plenário, o Projeto de Lei nº 142/05 recebeu a seguinte emenda:

- **Emenda nº 01 - Emenda de Plenário - vários Deputados.**

*Art. 5º Fica estabelecido prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da publicação desta lei, para que sejam providenciadas as adequações necessárias ao seu fiel cumprimento.*

É o relatório.

#### **Fundamentação do parecer**

Quanto a emenda modificativa de plenário apresentada pelos Deputados Plauto Miró Guimarães, Cida Borghetti e outros, nada há que obste sua regular tramitação nesta Casa de Leis.

#### **Voto do Relator**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, estão obedecidos os preceitos constitucionais e infraconstitucionais no que diz respeito à competência legislativa e à legitimidade da iniciativa, com relação a emenda apresentada em plenário ao Projeto de Lei nº 142/05.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável à emenda modificativa de plenário.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

**Apoiamento:**

Barbosa Neto, Elton Carlos Welter, Marcos Isfer, Nelson Justus, Reni Pereira.

Em votação o projeto ressalvada a emenda de Plenário. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

**ITEM 02**

**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 636/05, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que torna obrigatória a construção de canais apropriados para facilitar a piracema nos reservatórios das usinas geradoras de eletricidade de propriedade do Governo do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CAICTM. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL  
PROJETO DE LEI Nº 636/05

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei tem como escopo tornar obrigatória a construção de canais apropriados para facilitar a piracema nos reservatórios das usinas geradoras de eletricidade, empresas estatais e reservatórios particulares e de empresas privadas de qualquer natureza.

A Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Finanças já emitiram parecer favorável à matéria, na forma do substitutivo em anexo, não encontrando nenhum óbice de natureza legal.

Sendo assim, e tendo em vista a nobre intenção deste projeto, esta comissão é favorável à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 03.05.06.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente  
WALDIR LEITE - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 636/05

**P A R E C E R :**

**Histórico**

O Projeto de Lei nº 636/05, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que torna obrigatória a construção de canais apropriados para facilitar a piracema nos reservatórios das usinas geradoras de eletricidade, empresas estatais e reservatórios de qualquer natureza.

O presente projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Finanças e da Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul.

Agora, passamos a análise da emenda aditiva de autoria do Deputado Neivo Beraldin.

**Fundamentação**

A Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 636/05 não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

A Constituição Federal em seu artigo 24 dispõe:

*Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*(...)*

*VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;*

No mérito, a matéria encontra respaldo legal na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

Dispõe a Constituição Federal em seu artigo 225:

*Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*

Da mesma forma dispõe a Constituição Estadual em seu artigo 207:

*Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.*

Com efeito, dos artigos acima citados, cabe aos Estados garantir através das construções de barragens com a inclusão de eclusas ou outras obras, energias elétricas, a navegabilidade como transporte hidroviário, o controle de inundações, irrigação, piscicultura e turismo.

**Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente a sua regular tramitação na forma da Emenda Aditiva anexa de plenário.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

**Apoiamento:**

Duílio Genari, Carlos Simões, Antônio Anibelli, Reni Pereira, Elton Carlos Welter, Barbosa Neto e José Maria Ferreira.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

**Redação Final**

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 753/05, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre questões de convicção religiosa, acesso ao cargo público e direito à educação, na esfera do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 134/05, de 30/11/05, em Projetos de Lei).**

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 229/06, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Teste Vocacional na Rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 229/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Estado da Educação, a instituir Orientação Vocacional na Rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná.

I - Todas as escolas públicas deverão ofertar Orientação Vocacional para os alunos antes da conclusão do ensino médio.

II - Serão ofertados para os alunos da rede Oficial de Ensino, palestras que abordem a área de atuação de cada profissão e, ainda, demonstrem seus ramos de atividades.

Art. 2º Os recursos necessários para o cumprimento desta lei serão consignados no Orçamento do Estado mediante proposta orçamentária.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Educação tomará as demais medidas necessárias à implementação da presente lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.11.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

**ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 276/06, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que acrescenta, na Lei nº 14.528 de 10/11/04, instituidora do Dia do Doador de Sangue, o artigo 4º, com alteração do artigo 3º cujo texto atual passa a fazer parte do novo artigo. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/06, de 22/05/06, em Projetos de Lei).**

**ITEM 06**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 507/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 064/06, que autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão ao patrimônio do município de Arapongas, de imóveis situados no mesmo município, conforme especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 118/06, de 30/10/06, em Projetos de Lei).**

**3ª Discussão****ITEM 07**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 726/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que cria o Programa Especial de Atendimento para fins de renda e emprego, às mulheres vítimas de violência conjugal. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDMCA. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2º DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

**2ª Discussão****ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/04, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Vale Turismo e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 463/05, de autoria do Deputado Carlos Simões, que institui a Política de Prevenção à Violência contra Educadores da Rede de Ensino do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 485/05, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que institui o Sistema de Número Fechado para as Unidades Prisionais e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e SP. COM EMENDA DA CCJ.

Em discussão o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda. **Aprovada.**

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 744/05, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Dia do Diretor e da Diretoria de Escola, a ser comemorado todo o dia 12 de novembro, em todo o território do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 760/05, de autoria dos Deputados José Domingos Scarpellini e Hermas Brandão, que institui o desconto no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, aos contribuintes que não tenham cometido infrações de trânsito e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 786/05, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a divulgação dos custos de propaganda realizados pelo Governo do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que proíbe o uso de equipamentos sonoros em atos de protestos nas portas de hospitais e das escolas no âmbito do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 156/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar a Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) no município de Itapejara d'Oeste. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a realização do Exame de Diagnóstico de Retinoblastoma em todas as crianças nascidas nos estabelecimentos que especifica, através da técnica conhecida como exame de fundo do olho e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação do artigo 240 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Em votação o projeto.

Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação o substitutivo geral da CCJ. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

### ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 053/06, que altera dispositivos da Lei nº 14.231 de 27/11/03 - Lei de Definição de Critérios para Escolha de Diretores e Diretores Auxiliares da Rede Estadual de Educação, mediante consulta à comunidade escolar. COM PARECERES FAVO-

RÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/06, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que concede o título de Cidadão Honorário ao Dr. Marco Antônio Laffanchi. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 20

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 511/06, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao ator Paulo Betti. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### 1ª Discussão

### ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 547/03, de autoria dos Deputados José Maria Ferreira e Tadeu Veneri, regulamentando o artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná (Soberania Popular). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Em anexo Projeto de Lei nº 601/05. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/03, de 17.09.2003, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 547/03

### P A R E C E R :

#### Preâmbulo

Os presentes projetos de lei têm como objetivo regulamentar o artigo 2º da Constituição Estadual do Paraná, em matéria de plebiscito, referendo e iniciativa popular, elencando várias situações onde deverá ser realizado plebiscito.

#### Legitimidade

A legitimidade para iniciativa de leis complementares e ordinárias encontra-se definida na Constituição Estadual, conforme segue:

#### Seção VI

#### Do Processo Legislativo

#### Subseção III

#### Das Leis

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

#### Mérito

A respeito da matéria, dispõe a Constituição Federal em seus artigos 22 e 24:



### **TÍTULO III**

#### **Da Organização do Estado**

#### **Capítulo II**

##### **Da União**

*Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:*

*I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;*

*Parágrafo Único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo. (grifo nosso)*

*Art. 24.*

*§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados. (grifo nosso)*

*A Constituição Estadual estabelece:*

*Art. 2º A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, nos termos desta Constituição e da lei, e mediante:*

*I - plebiscito;*

*II - referendo;*

*III - iniciativa popular.*

Na esfera local existe uma tradição significativa de consulta aos eleitores a respeito de fusões ou desmembramentos entre municípios. Em nível nacional, a Constituição de 1988 ampliou o alcance da chamada “democracia direta”, ao dispor que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

A consulta popular é um direito garantido não somente na Constituição Estadual, como já citado, mas também na Constituição Federal, em seu artigo 1º, que assegura a cidadania como um fundamento do Estado Democrático de Direito, e trata explicitamente do plebiscito e do referendo como instrumentos mediante os quais a soberania popular será exercida.

No mérito, não há impedimento quanto ao regular seguimento do projeto.

#### **Constitucionalidade**

Ainda a respeito desse tema, a Constituição Estadual estabelece:

#### **Seção II**

##### **Das Atribuições da Assembléia Legislativa**

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente: (grifo nosso)*

*XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal;*

*Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:*

*XXI - autorizar plebiscito e referendo, na forma da lei;*

Analisando a Lei Federal nº 9.709/98 (que regula a execução do disposto nos incisos I, II e III do artigo 14 da Constituição Federal), encontramos em seu artigo 6º, que:

*Art. 6º Nas demais questões, de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o plebiscito e referendo serão convocados de conformidade, respectivamente, com a Constituição Estadual e com a Lei Orgânica.*

Os presentes projetos dispõem sobre matéria específica, que se restringe ao Estado do Paraná e não sendo a mesma tratada de forma geral, como competência exclusiva da União.

Diante do exposto não há óbice quanto à constitucionalidade dos projetos no que tange à competência legislativa. Ressalte-se que sem tal regulamentação, fica restrito ao âmbito nacional os direitos trazidos pelos incisos do artigo 14 da Constituição Federal.

#### **Conclusão**

Os projetos de lei sob análise respeitam a boa técnica legislativa e não encontram óbice quanto à legitimidade legislativa e tampouco acerca de seu mérito, uma vez que não existe impedimento constitucional para a legislação da matéria dos mesmos, sendo apenas sugerido o substitutivo geral em anexo, visto que os dois projetos encontram-se anexados. Assim, somos de parecer favorável à aprovação dos projetos, nos moldes do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 29.11.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AOS PROJETOS DE LEI nºs 547/03 e 601/05**

Ficam alteradas as redações dos Projetos de Lei nºs 547/03 e 601/05, passando a integrar um único projeto nos seguintes moldes:

*Art. 1º A presente lei tem por objeto regulamentar o artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná, em matéria de plebiscito, referendo e iniciativa popular.*

*Art. 2º A soberania popular é exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos desta lei e das normas constitucionais pertinentes, mediante:*

*I - plebiscito;*

*II - referendo;*

*III - iniciativa popular.*

*Art. 3º Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.*

*§ 1º O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo*

voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

§ 2º O referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.

Art. 4º O plebiscito e o referendo deverão ser convocados por meio de decreto legislativo, subscrito por um terço dos deputados estaduais.

Art. 5º Aprovado o ato convocatório, o Presidente da Assembléia Legislativa dará ciência à Justiça Eleitoral, a quem incumbirá, nos limites de sua circunscrição:

I - fixar a data da consulta popular;

II - tornar pública a cédula respectiva;

III - expedir instruções para a realização do plebiscito ou referendo;

IV - assegurar a gratuidade nos meios de comunicação de massa concessionários de serviço público, aos partidos políticos e às frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil em torno da matéria em questão para a divulgação de seus postulados referentes ao tema sob consulta.

Art. 6º Convocado o plebiscito, o projeto legislativo ou medida administrativa não efetivada, cujas matérias constituam objeto da consulta popular, terá sustada sua tramitação, até que o resultado das urnas seja proclamado.

Art. 7º O plebiscito ou referendo, convocado nos termos da presente lei, será considerado aprovado ou rejeitado por maioria simples, exigindo-se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado, de acordo com o resultado homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 8º O referendo pode ser convocado no prazo de trinta dias, a contar da promulgação de lei ou adoção de medida administrativa, que se relacione de maneira direta com a consulta popular.

Art. 9º A tramitação dos projetos de plebiscito e referendo obedecerá às normas do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Art. 10. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Assembléia Legislativa, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos cinquenta municípios, com um por cento dos eleitores inscritos em cada um deles.

§ 1º O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto.

§ 2º O projeto de lei de iniciativa popular não poderá ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Assembléia Legislativa, por seu órgão competente, providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação.

Art. 11. A Assembléia Legislativa, verificando o cumprimento das exigências estabelecidas no artigo 9º e respectivos parágrafos, dará seguimento à iniciativa popular, consoante as normas do Regimento Interno.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 29.11.2005

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 547/03

### P A R E C E R :

O projeto de lei sob análise nesta Comissão, de autoria do nobre Deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo regulamentar o artigo 2º da Constituição Estadual, foi formalizado como Projeto de Lei Ordinária quando deveria ter sido protocolado sob a forma de Projeto de Lei Complementar à Constituição, que obedece a processo legislativo próprio, consubstanciado em quórum qualificado para a respectiva aprovação.

Considerando que a presente Proposição já foi lida no Expediente de Plenário, autuada e publicada no Diário da Assembléia como Projeto de Lei Ordinária, deverá ser devolvido ao autor para arquivamento e apresentação de nova Proposição, desta feita sob a forma de Lei Complementar.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.11.03.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Apoiamento:

André Vargas, Nereu Moura, Padre Paulo Campos, Hermas Brandão, Natálio Stica, Miltinho Pupio, Doutor Luciano Ducci, Luiz Nishimori, Augustinho Zucchi, Duílio Genari e Luiz Fernandes da Silva Litro.

### ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 245/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Milton Buabssi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 048/06, de 15.05.06, em Projetos de Lei).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 245/06

### P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo conceder Título de Cidadão Honorário ao Sr. Milton Buabssi.

**Fundamentação**

Dispõe a Lei 13.115 de 14.02.01, a respeito do título de cidadão honorário:

*Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:*

*I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;*

*II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;*

*III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;*

*IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;*

*V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.*

No mérito, não há impedimento quanto ao regular seguimento do projeto, porém ao analisarmos a Lei Complementar 98/95 que dispõe sobre a redação e elaboração de leis verificamos que o referido projeto está em descompasso com o artigo 9º que prevê:

*Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.*

Para corrigir tal vício, sugerimos a adoção da emenda modificativa em anexo.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável, ao Projeto de Lei nº 245/06.

Sala das Comissões, em 29.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA****EMENDA MODIFICATIVA AO****PROJETO DE LEI Nº 245/06**

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 245/06, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 29.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Solicito a Sra. 1ª Secretária, Deputada Cida Borghetti, para que faça a chamada dos Srs. Deputados. Os Deputados que forem favoráveis ao Título de Cidadão Honorário haverão de responder SIM; os que forem contrários, NÃO.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Trinta e oito Srs. Deputados votaram com a expressão SIM, Sr. Presidente Deputado Elio Rusch.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Trinta e oito Srs. Deputados votaram. **Por unanimidade está aprovado o Item nº 22** - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 245/06.

**Discussão Única (Proposições)****ITEM 23**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 008/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 687/05, de autoria do Ministério Público - OF. nº 1975, que altera o artigo 2º, II, da Lei nº 13.665, de 04 de julho de 2002, e reajusta a tabela de gratificação de função, os níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Paraná e adota outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 281/05.

Curitiba, 28 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 411/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 687/05, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar dispositivos que especifica da Lei nº 13.665, de 04 de julho de 2002 e reajusta os vencimentos do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, com efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 2005.

O projeto de lei em referência não foi acolhido em face do Parecer nº 322/05, da Procuradoria Geral do Estado, cujos termos, adiante transcritos, são por mim adotados como razões fundamentais do veto ora apostado:

*Trata-se de proposta de aumento salarial para os servidores ativos do Ministério Público Estadual, e de possibilidade de atribuição de gratificações pelo exercício de encargos especiais aos ocupantes de cargos de provimento em comissão.*

*Embora o projeto de lei em referência já tenha sido analisado na PGE, pelo Parecer nº 304/05, o Despacho nº 781/05, de sua aprovação, ressaltou a necessidade dos relatórios de impacto orçamentário e financeiro abaixo referidos, para sua aprovação, o que não foi providenciado. Também não há prova de que mesmo com o aumento salarial implantado os limites máximos de gastos com pessoal serão observados.*

*Consoante a norma do artigo 20, II, “b” da Lei Complementar 101/00, o Ministério Público pode gastar 2% da receita corrente líquida com pessoal.*

*O artigo 17 da LRF, que trata da despesa de caráter continuado, exige que antes de sua implantação, consoante o artigo 16, sejam providenciados:*

*a) relatório de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes (artigo 16, I e 17, parágrafo 1º);*

*b) declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, compatibilidade com a LDO e com o PPA (artigo 16, II);*

*c) relatório de impacto financeiro nas despesas de pessoal do Ministério Público, e análise desse impacto no total das despesas do Estado, em relatório a ser fornecido pela Secretaria de Planejamento (artigos 19 e 20);*

*d) demonstração da origem dos recursos para o custeio das despesas (artigo 17, parágrafo 1º);*

*e) comprovação de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo de Metas, devendo seus efeitos ser compensados com aumento permanente de receita ou corte definitivo de despesa (artigo 17, parágrafo 2º).*

*Segundo o artigo 17, parágrafo 5º da LRF, o aumento de despesas com pessoal, não será implantado antes de atendidas as exigências acima referidas, as quais deverão integrar o instrumento (lei) que as criar ou aumentar.*

*As despesas que não atenderem os artigos 16 e 17 da LRF serão consideradas irregulares, não autorizadas e lesivas ao patrimônio público, consoante a norma do artigo 15 da LRF. Nesse caso, incide a norma do artigo 359-D do Código Penal, na redação dada pela Lei nº 10.028/00, posto que considerado crime contra as finanças públicas Ordenar Despesa não autorizada por lei. Também será possível aplicar as normas dos artigos 11 e 12 da Lei de Improbidade Administrativa.*

*O Procurador Geral de Justiça é o ordenador de despesas, e como tal poderá ser enquadrado no tipo penal do artigo 359-D, do Código Penal, se determinar a implantação do pagamento do aumento salarial sem o atendimento das exigências dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.*

*No entanto, o Chefe do Poder Executivo, ao sancionar a lei, aceitando seus termos, poderá também responder pelo crime do artigo 4º, V da Lei 1079/50; e pela punição civil do artigo 12, III, da Lei 8429/92.*

*Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.*

*Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.*

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 687/05 encontra-se publicado no DA nº 142/05, de 07.12.05, em Redação Final)**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 08/06

### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 687/05, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, objeto de veto do Sr. Governador, altera o artigo 2º, II, da Lei nº 13.665, de 04 de julho de 2002, e reajusta a tabela de Gratificação de Função, os níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e adota outras providências.

O Poder Executivo vetou o projeto em tela, haja vista seu afrontamento ao estatuído na Lei Complementar 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estando observados os prazos e requisitos regimentais, o veto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

Convido, novamente, a 1ª Secretária Deputada Cida Borghetti para que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto responderão com a palavra SIM; os que forem contrários ao veto responderão com a expressão NÃO.

**A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)**  
**(Procede à chamada nominal)**

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Vinte e quatro Srs. Deputados responderam SIM.

Doze Srs. Deputados responderam NÃO.

**Está mantido o veto.**

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Pela Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Para justificar o meu voto, se me permitir.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)**

Pela Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Não tenho absolutamente nada contra a justificativa de voto de quem quer que seja, muito menos do Deputado Jocelito que é Deputado brilhante; mas V. Exa. sabe: justificativa de voto tem que ser encaminhada por escrito à Mesa. Já tivemos ontem aqui.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Ontem, teve. Então, estou pedindo o mesmo direito de ontem.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Ontem, também foi feito, Deputado Jocelito

Canto, por escrito. Como V. Exa. tem por escrito e como o veto foi mantido, acho que está de acordo com os interesses de V. Exa.

#### ITEM 24

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 014/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 594/05, de autoria do Deputado Nereu Moura, que altera a redação do parágrafo do artigo 1º da Lei nº 13.903, de 06 de dezembro de 2002. (município de Cafelândia). COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 003/06

Curitiba, 06 de janeiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 436/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 594/05, por julgá-lo contrário ao interesse público, em vista de informações prestadas pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência discordando da forma como a medida está posta e redigida e demonstrando ser, por esse motivo, de difícil exequibilidade.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 594/05, encontra-se publicado no DA nº 103/05, de 27/09/05, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 014/06

P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 594/06, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo alterar redação do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 13.903, de 06 de dezembro de 2002 (município de Cafelândia).

##### Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da*

*Assembléia Legislativa os motivos do veto (...)* (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, Pela Ordem?

**(Assentimento)**

Inscrevo-me nas Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. está inscrito.

Convido, novamente, a Deputada Cida Borghetti, para que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o veto, votarão SIM e os que forem contra o veto, votarão NÃO.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

**(Procede à chamada nominal)**

Dezessete votos SIM e treze votos NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

**Está mantido o veto.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Queria pedir a V. Exa. e ao Presidente Hermas Brandão, porque acompanhei ontem pela imprensa os Deputados dizendo que não vão participar da CPI do Grampo, retirando-se da CPI do Grampo. Queria consultar V. Exa., dentro do Regimento Interno desta Casa, se esta Presidência irá substituir os Deputados ou eles ficarão dessa forma, sem comparecer e só comunicando a mídia que não estarão na CPI. De que forma vai se conduzir a Presidência desta Casa? Já que eles declinaram e não vão participar, não é conveniente que esta Presidência nomeie outros Partidos, outros Deputados para que possam ajudar a CPI?

Gostaria de fazer essas consultas, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Posso informar V. Exa., Deputado Jocelito Canto, muito embora essa consulta deva ser feita ao Deputado Hermas Brandão. Mas, é facultado a cada Deputado participar ou não. Se é uma decisão da Bancada de Oposição ou de um Partido em não querer participar, a Presidência é que não pode obrigar o Partido a participar da Comissão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas tem que comunicar oficialmente ao Presidente que não vai participar, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Tendo a maioria, porque são sete membros que integram a Comissão e se quatro permanecem, é a maioria absoluta da Comissão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas, se um dia faltar um, Sr. Presidente, não pode fazer reunião. Então, solicitaria a V. Exa. que está na Presidência neste momento, que determinasse à Oposição que fizesse por escrito, como o senhor pediu agora há pouco para que eu fizesse por escrito, o meu voto separado, que V. Exa. fizesse de acordo com o Regimento, pedindo a cada um dos Partidos que renunciasse a participação na CPI por escrito, para que esta Presidência possa indicar outros membros.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vamos levar isso ao Presidente da Casa, Deputado Hermas Brandão, mas acredito que uma vez que os Deputados tenham se manifestado, e o Deputado sabe que toda a sua palavra aqui na Assembléia Legislativa é transcrita pelas notas taquigráficas e faz parte do Diário da Assembléia Legislativa, então não se faz necessário. Mas, eu vou levar o seu pedido ao conhecimento do Presidente da Casa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Então, quer dizer, que os três Deputados estão fora da CPI, os que disseram nas notas taquigráficas que estão fora?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Claro. Estão fora da CPI. Se eles anunciaram aqui, eles estão fora.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas, eles renunciaram publicamente através da imprensa. Eu vi isso só através da imprensa.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós vamos consultar o Presidente Hermas Brandão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sim, senhor, eu gostaria dessa consulta porque nós temos pouco tempo, Sr. Presidente, então nós precisamos de bastante gente para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

## ITEM 25

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 020/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 066/05, de autoria do Depu-

tado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão da doação, ao patrimônio do município de Corumbataí do Sul, da doação dos imóveis urbanos, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 018/06

Curitiba, 09 de janeiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 384/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, em conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 066/05, por julgá-lo contrário ao interesse público diante da possibilidade de o imóvel em referência vir a ser utilizado pela própria administração estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 066/05, encontra-se publicado no DA nº 009/05, de 07.03.05, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 020/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 066/05 de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo proceder a reversão da doação, ao patrimônio do município de Corumbataí do Sul, da doação de imóveis urbanos, conforme especifica, foi objeto de veto do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Com relatório da CCJ, considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Solicito à Sra. 1ª Secretária, Deputada Cida Borghetti, que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

**(Procede à chamada nominal dos Srs. Parlamentares)**

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Dezenove Srs. Deputados responderam SIM, dezesseis, NÃO.

**Está mantido o veto.**

### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2585, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2586, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2588, de autoria do Sr. Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2589, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2590 e 2593, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2591 e 2592, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2594 e 2598, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2599, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2600 a 2609, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para registrar que sábado, em Pato Branco, o Atlético Pato-Branquense sagrou-se campeão estadual de futebol de salão. Quero fazer este registro já que tivemos a aprovação de um requerimento, ontem à tarde.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Em nome do nosso Presidente da CPI dos Grampos, em meu nome como relator estou convocando o Deputado Duílio Genari, o nosso Deputado Natálio Stica, os quatro Deputados que estão fazendo parte da CPI dos Grampos, que vamos nos reunir na Presidência, ao lado da sala do Presidente Hermas Brandão, onde vamos fazer um cronograma de trabalho da CPI, inclusive, já chamando os primeiros a depor e já temos algumas sugestões. Convoco os companheiros para esta reunião.

Obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Quero esclarecer ao Plenário e ao Deputado Jocelito Canto, que estarei presente para assistir a primeira reunião.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, abro mão das explicações pessoais.

### **Encerramento da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 121/06.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 142, 485, 636/05 e 309/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 547/03, 509/05, 245, 264, 335 e 525/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 781/05, 031, 369, 447, 523, 524 e 547/06.

Levanta-se a Sessão.

